

n.º 73/2013, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer funções de fiscalização na Direção Nacional de Auditoria e Fiscalização da ANPC, o Lic. Paulo Jorge da Silva dos Santos Amaral, cuja idoneidade, experiência e competências profissionais comumente reconhecidas são patentes na síntese curricular anexa.

3 — O presente despacho produz efeitos a 10 de fevereiro de 2014.

10 de fevereiro de 2014. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

Síntese Curricular

Paulo Jorge da Silva dos Santos Amaral, 48 anos de idade, casado, natural de Lisboa, licenciado em Direito, com Pós-graduação em Ciências jurídico-Políticas, pela Universidade Autónoma de Lisboa. Entre 1979 e 2001 integrou os quadros do Corpo de Bombeiros Voluntários de Aqualva-Cacém e desempenhou funções na estrutura de comando como 2.º Comandante e Comandante. Em 2001 ingressou no Quadro de Honra. Entre 1990 e 2008, no Instituto Nacional de Emergência Médica, desempenhou funções como Operador de Telecomunicações no Centro de Orientação de Doentes Urgentes de Lisboa, tripulante de ambulância de socorro, tripulante/conductor na Viatura Médica de Emergência e Reanimação de Lisboa, integrou as equipas médicas de Proteção à Saúde de Altas Entidades e ministrou formação nos Cursos de Operadores de Telecomunicações e de Médicos para os Centros de Orientação de Doentes Urgentes. Entre 1991 e 2008 desempenhou funções como tripulante/conductor na Viatura Médica de Emergência e Reanimação do Hospital de São Francisco Xavier. Em 1991 colaborou no início da atividade da Viatura Médica de Emergência e Reanimação do Hospital Distrital de Cascais. Formador externo da Escola Nacional de Bombeiros nos Cursos de Formação de Tripulantes de Ambulância de Transporte, desde abril 1995, e nos Cursos de Salvamento e Desencarceramento, desde janeiro 1998. Detentor de vários cursos, nomeadamente, de Lições Apreendidas do Instituto de Estudos Superiores Militares, de Contencioso Administrativo, de Direito das Contraordenações, de Operadores de Central de Telecomunicações de Emergência Médica, de Formação Pedagógica Inicial de Formadores (com CAP), de Operacional de Desfibrilhação Automática Externa, de Combate de Incêndios Urbanos e Industriais da Seganosa, de Prevenção e Salvamento em Acidentes com Aeronaves, e de Tripulante de Ambulância de Emergência Médica. De 2008 a 2009 desempenhou funções de responsável pela direção do Gabinete Jurídico, Contencioso e Pré-faturação do Hospital de Reynaldo dos Santos. Desde 2009 desempenha funções na Autoridade Nacional de Proteção Civil, como Técnico Superior, tendo desenvolvido atividade no Núcleo de Verificação Técnica da Direção Nacional de Bombeiros, Gabinete Jurídico, Núcleo de Gestão Patrimonial da Direção Nacional de Recursos de Proteção Civil e na Inspeção de Proteção Civil. Em agosto de 1999, integrou o Grupo Especial de Socorro da Inspeção Regional de Bombeiros de Lisboa e Vale do Tejo que se deslocou à Turquia em consequência do sismo verificado naquele país, e em setembro de 1999, integrou o Grupo Especial de Socorro da Missão Humanitária do Estado Português enviada a Timor Lorosae. Possuidor de vários louvores e condecorações, nomeadamente, condecorado com a Medalha Grau Cobre “Coragem e Abnegação” da LBP, por serviços prestados em missão humanitária internacional, louvado pelo Serviço Nacional de Bombeiros por ter integrado o Grupo Especial de Socorro da Missão Humanitária do Estado Português enviada a Timor Lorosae, louvado pela Inspeção Superior de Bombeiros e pela Inspeção Regional de Bombeiros de Lisboa e Vale do Tejo com o diploma “Coragem e Abnegação” por ter integrado a Equipa de Socorro que se deslocou à Turquia em consequência do sismo verificado naquele país, condecorado com a Medalha Grau Cobre “Coragem e Abnegação Demonstrada em Ação de Salvamento” da Associação dos Bombeiros Voluntários de Aqualva-Cacém.

207612229

Direção-Geral de Administração Interna

Despacho n.º 2503/2014

Por meu despacho de 4 de fevereiro de 2014 e após anuência do diretor-geral dos Estabelecimentos Escolares, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna da técnica superior Carla Cristina Leiria Rebelo, no mapa de pessoal da Direção-Geral de Administração Interna, nos termos do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na nova redação dada pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de setembro, com efeitos à data do despacho.

5 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral de Administração Interna, *Jorge Manuel Ferreira Miguéis*.

207600662

Despacho n.º 2504/2014

Por meu despacho de 4 de fevereiro de 2014 e após anuência do Diretor-Geral da Saúde, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade

interna da técnica superior Maria Leonor Franco Batalha, no mapa de pessoal da Direção-Geral de Administração Interna, nos termos do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na nova redação dada pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de setembro, com efeitos à data do despacho.

5 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral de Administração Interna, *Jorge Manuel Ferreira Miguéis*.

207600702

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso n.º 2349/2014

Que fique sem efeito o Aviso n.º 9154/2006, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 167, de 30-08-2006, por ter sido anulado pelo Supremo Tribunal Administrativo o despacho de 17-07-2006, de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna que aplicou a pena de aposentação compulsiva ao agente principal da PSP António Ramos.

5 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos, *Domingos Marques Nunes Lourenço*.

207598833

Aviso n.º 2350/2014

Que fique sem efeito o aviso n.º 12597/2013, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 198, de 14 de outubro de 2013, por ter sido deferida a providência cautelar de suspensão de eficácia do despacho de 4 de junho de 2013, do Ministro da Administração Interna que aplicou a pena de aposentação compulsiva ao agente principal da PSP Paulo Jorge da Silva Camoesas.

5 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos, *Domingos Marques Nunes Lourenço*.

207599335

Despacho (extrato) n.º 2505/2014

Por despacho de 27 de janeiro de 2014, de Sua Ex.ª o Diretor Nacional-Adjunto da Unidade Orgânica de Recursos Humanos e por já não se verificar impedimento na efetivação da promoção, é promovido à categoria de Agente Principal, por antiguidade, o Agente M/141592 — João Manuel Félix Batista Lopes Pereira, do Comando Distrital de Setúbal, com efeitos reportados a 14 de agosto de 2002, considerando a exceção prevista no n.º 7, do Artigo 39.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

28 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

207596362

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 2506/2014

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnico especialista José Aníbal Magalhães do Couto Nogueira, para realizar estudos e trabalhos técnicos no âmbito da imprensa no meu gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos de gabinete.

3 — O designado exerce funções pelo prazo de um ano renovável automática e tacitamente, por iguais períodos, podendo a presente designação ser revogada a todo o tempo.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 30 de dezembro de 2013.

5 — Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

6 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

Nota curricular**Dados Pessoais**

Nome: José Couto Nogueira
 Data de nascimento: 1945
 Naturalidade: Lisboa

Habilitações académicas e profissionais

Frequentou o curso de Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade de Lisboa.
 Frequentou economia na London School Economics.
 Profissionalizou-se como fotógrafo de imprensa e de publicidade.

Atividade profissional

De 2012 a 2013

- Trabalhou como técnico especialista no gabinete da Ministra da Justiça do XIX Governo Constitucional, realizando estudos e trabalhos técnicos no âmbito da imprensa.

De 1992 a 2012

- Trabalhou como redator, editor, ou colaborar em várias publicações, nomeadamente a “Exame”, “Demais”, “Icon”, “Expresso”, “GQ”, “O Independente” e jornal “i”.
- Fez um programa de Televisão, “Metropolis”, no CNL.
- Dirigiu o jornal eletrónico “Alface Voadora”.

De 1976 a 1992

- Foi repórter, redator e editor de várias revistas em São Paulo, no Brasil.
- Em 1982 foi correspondente do jornal “O Estado de São Paulo”, em Nova Iorque.

Outras Atividades

- Orienta um curso de escrita criativa.
- Traduz literatura inglesa, clássica e contemporânea.

Publicações

- Publicou dois guias de viagem “Descubra Portugal” para a Ediclube.
- Publicou três romances para a editora D. Quixote.

207603165

Despacho n.º 2507/2014

1—Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta para exercer funções no meu gabinete, a licenciada Tânia Cristina Piazzentin Ferreira da Mota Silva, consultora da Direção-Geral da Política de Justiça.

2—Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 15 de janeiro de 2014.

3—Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

6 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

Nota curricular**Elementos pessoais:**

Nome: Tânia Cristina Piazzentin Ferreira da Mota Silva
 Data de nascimento: 20 de dezembro de 1982
 Naturalidade: Leiria
 Formação académica e profissional:

2012—Parte académica do mestrado em Direito concluída, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

2012—Curso Avançado de especialização em Teoria da Legislação e Legística para Quadros Superiores da Direção-Geral da Política de Justiça, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2011—Curso “A Reforma da Ação Executiva no Brasil e em Portugal”, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

2010—Participação no Seminário sobre “Avaliação do Impacto da Legislação”, organizado pela Assembleia da República—Direção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado.

2010—Participação no *Workshop* do Ciclo APDC “Para uma Administração Pública do Século XXI”, intitulado “Dos Operadores de Justiça ao Cidadão: Uma Justiça Eficaz”, organizado pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

2010—Participação no 9.º Congresso da *International Association of Legislation* (IAL), subordinado ao tema “*Quality of Legislation – Principles and Instruments*”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

2009—Participação no Colóquio “Qualidade da Legislação – Um Desafio para o Século XXI”, organizado pela Assembleia da República—Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

2009—Ação de Formação “Simplificação da Ação Executiva”, pela *International Faculty for Executives*.

2008—Curso Temático: “Legislação Urbanística: os novos RJGT e RJUE”, pelo Centro de Estudos de Direito e Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente.

2007/2008—Curso Pós-Graduado de especialização em Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa.

2006—Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Consultora jurídica na área de política legislativa na Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), do Ministério da Justiça (MJ), desde novembro de 2008. No desempenho destas funções, destaca-se a participação, como representante da DGPJ ou do MJ, em diversos grupos de trabalho, constituídos para efeitos de planeamento, implementação, acompanhamento e monitorização de projetos na área da Justiça (em especial, Combate à pendência processual em atraso da ação executiva; Sociedade da Informação – área dos Tribunais; novo Código de Processo Civil) e para elaboração de atos normativos de transposição de diretivas da União Europeia; a redação e análise de anteprojetos de atos normativos; a elaboração de pareceres, notas, memorandos e relatórios sobre diversas questões ou matérias na área da Justiça, a solicitação dos membros do Governo, entidades nacionais, países terceiros ou instituições internacionais, designadamente, Rede de Cooperação Legislativa dos Ministérios da Justiça da União Europeia (RCLUE – NLCEU), Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (CEPEJ), Banco Mundial, Serviço de Execução de Acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Conselho da Europa; o acompanhamento de diversas reuniões técnicas no âmbito da avaliação regular do cumprimento do programa de ajustamento financeiro para a área da Justiça, celebrado por Portugal com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional; a realização de estudos de avaliação de impacto normativo, de estudos de direito comparado e de trabalhos de campo de levantamento e análise de informação processual e elaboração dos respetivos relatórios (com especial incidência nas temáticas do processo civil executivo, acesso ao Direito, litigância de má-fé); a elaboração de manual de perguntas e respostas sobre a simplificação da ação executiva; a intervenção, como oradora, em diversas conferências, colóquios, seminários, sessões de divulgação e formação promovidos pela DGPJ ou entidades externas (tais como o Centro de Estudos Judiciários, a Ordem dos Advogados, a Câmara dos Solicitadores, Comissão Europeia), sobre matérias/projetos na área da Justiça (novo regime processual civil executivo, medidas urgentes de combate à pendência em atraso na ação executiva, reforço da supervisão e responsabilização dos agentes de execução, simplificação da ação executiva, regime processual civil experimental, litigância de má-fé). Participou também, como formadora, em curso de formação em legística, ministrado pela DGPJ a uma delegação de juristas moçambicanos.

Entre setembro de 2006 e outubro de 2008, exerceu advocacia como advogada estagiária, tendo acompanhado assuntos em diversas áreas do direito, das quais se destacam o contencioso cível, direito societário, contraordenacional, dos contratos e imobiliário.

Entre agosto e outubro de 2008, exerceu também funções como jurista na SEFIN – Associação Portuguesa de Consumidores e Utilizadores de Produtos e Serviços Financeiros.

Trabalhos publicados:

“Breve excuro sobre o acesso ao Direito em Portugal” e “Funcionamento do sistema de proteção jurídica em Portugal”, em coautoria com Renato Gonçalves—Boletim da Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa / Defensoria Pública da União. – N. 1 (abr. 2012)—Brasília: DPU, 2012.

Outras atividades relevantes:

Revisão científica do livro “*Legal English Contexts*”, da autoria de Hélder Fanha Martins e Pedro Fernandes, Sinapis, *Legal English Series*, 2013, ISBN 978-989-691-168-3.

207602793

Despacho n.º 2508/2014

1—Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista a licenciada Patrícia Manuel do Couto Moital, para realizar estudos, trabalhos e prestar apoio